AGRICULTURA CAPITALISTA NO TERRITÓRIO RURAL DO BOLSÃO/MS: EXPANSÃO DAS MONOCULTURAS E RECRIAÇÃO CAMPONESA

CAPITALIST AGRICULTURE IN THE RURAL TERRITORY OF BOLSÃO/MS: EXPANSION OF MONOCULTURE AND THE PEASANT RECREATION

AGRICULTURA CAPITALISTA EN EL TERRITORIO RURAL DEL BOLSÃO/MS: EXPANSIÓN DEL MONOCULTIVOS Y RECREACIÓN CAMPESINA

LÉTICIA ALVES LEONARDO
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – Três Lagoas/MS
E-mail: leh_al95@hotmail.com

AMANDA EMILIANA SANTOS BARATELLI
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – Três Lagoas/MS
E-mail: baratelli46@gmail.com

JHIOVANNA EDUARDA BRAGHIN FERREIRA
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – Três Lagoas/MS
E-mail: jhi.braghin96@gmail.com

JODENIR CALIXTO TEIXEIRA
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – Três Lagoas/MS
E-mail: jodenirc@gmail.com

Resumo:
O presente trabalho tem como objetivo principal compreender o processo de ocupação e a integração do Território Rural do Bolsão/MS, via *commodities*, aos mercados nacional e internacional, a partir da modernização da base técnica no campo e analisar os desdobramentos desse processo no território, principalmente para as famílias camponesas. Para tanto, o esforço teórico foi no sentido de resgatar as formas de apropriação de terras e a ocupação da região, de modo a evidenciar que o avanço da fronteira agrícola e a territorialização do capital estão relacionados aos processos históricos de concentração de terra e renda, e ressaltar que toda essa dinâmica foi viabilizada pelo Estado. O território está em disputa, portanto, nesta região de forte aliança do latifúndio boi/eucalipto, uma vez que famílias camponesas teimosamente resistem num processo de enfrentamento à territorialização/monopolização do capital.

Palavras-chave: Modernização do campo, Concentração da terra, Recriação camponesa.

Abstract:
The present work has as main objective to comprehend the occupation and integration process of Rural Territory of Bolsão/MS, via *commodities*, to the national and international markets, from the modernization of the field, and to analyze the developments of this process in the territory, mainly for peasant families. Therefore, the theoretical effort was to recall the land appropriation and land occupation forms in the region, in order to highlight that the advance of the agricultural frontier and the capital territorialization are related to the historical processes of land and income concentration, and to emphasize that all this dynamic was made possible by the State. The territory is in dispute, for that reason, on a region with strong alliance between cattle farming/eucalyptus monoculture, ox/ eucalyptus latifundium, peasant families stubbornly resist in a confrontation process against the capital territorialization/ monopolization.

Keywords: Field Modernization, Land Concentration, Peasant recreation.

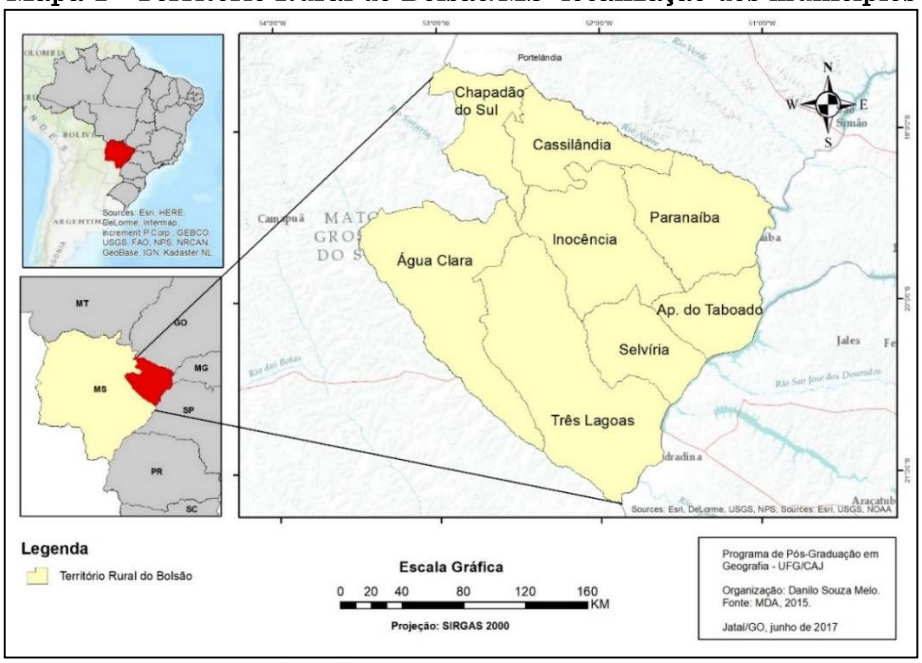
Resumen:
El presente trabajo tiene como objetivo principal comprender el proceso de ocupación y integración del Territorio Rural del Bolsão/MS, a través de las *commodities*, a los mercados nacional e internacional, desde la modernización del campo y la expansión del capital y, analizar las consecuencias de este proceso en el territorio, principalmente para las familias campesinas. Por tanto, el esfuerzo teórico fue rescatar las formas de acaparamiento de tierras y el proceso de ocupación de la región, para evidenciar que el avance de la frontera agrícola y la territorialización del capital en la región están relacionados a los procesos históricos de concentración de tierras y renta, y señalar que toda esta dinámica fue posible gracias al Estado. El territorio está en disputa, por lo tanto, en esta región de fuerte alianza del latifundio de ganadería bovina/eucalipto, las familias campesinas resisten obstinadamente en un proceso de confrontación ante la territorialización/monopolización del capital.

Palabras-clave: Modernización del campo, Concentración de tierras, Recriación campesina.

Introdução[1]

O Território Rural do Bolsão/MS é constituído pelos municípios de Água Clara, Aparecida do Taboado, Cassilândia, Chapadão do Sul, Inocência, Paranaíba, Selvíria e Três Lagoas (mapa 1), compreendendo uma extensão territorial de 45.929,9 km², criado em 2013 pelo extinto Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA).

Mapa 1 - Território Rural do Bolsão/MS: localização dos municípios



Fonte: MELO; SILVA (2016).

Os municípios que compõem a região do Bolsão/MS são marcados por uma intensa concentração fundiária, assim como todo o estado de Mato Grosso do Sul. Tal realidade é resultante das

[1] O artigo em questão foi elaborado durante a disciplina Dinâmica regional e a estrutura da produção agropecuária no Brasil, ministrada pelo Professor Dr. Jodenir Calixto Teixeira, ofertada no Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGGeo), da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, campus Três Lagoas (UFMS/CPTL) e financiada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

formas históricas de apropriação das terras públicas por latifundiários e capitalistas, com o apoio do Estado. A ocupação não indígena está diretamente ligada à expansão da fronteira, a partir da atividade pecuária, quando fazendeiros migrantes do norte de Mato Grosso, de Minas Gerais, São Paulo e do Rio Grande do Sul migraram com objetivo de ocupar as extensas áreas devolutas do estado, abrindo fazendas para si e para seus agregados (ABREU, 2001; CAMPESTRINI, 2002; CAMARGO, 2010)

A partir da expansão da agricultura capitalista, no processo de modernização da base técnica das atividades agropecuárias, a região passou a ser inserida na dinâmica nacional e também internacional. Aos poucos, a pecuária foi dando lugar ao monocultivo, primeiro com a cana-de-açúcar, soja, e, num processo recente de territorialização do capital, ao plantio de eucalipto.

A expansão do eucalipto na região é resultante da escolha do município de Três Lagoas para ser a sede de duas empresas do setor: Suzano e da Eldorado Brasil. A presença das empresas alterou a dinâmica produtiva dos municípios ao redor, inserindo-os, via expansão das bases florestais (KUDLAVICS, 2011; NARDOQUE; ALMEIDA, 2015; NARDOQUE; MELO; KUDLAVICZ, 2018).

Nessa perspectiva, o objetivo do presente trabalho é entender como ocorreu, ao longo do tempo, a integração dessa região, via *commodities*, ao mercado nacional e internacional, a partir do processo de modernização da base técnica no campo e expansão do capital e, ainda, os desdobramentos desse processo no território, principalmente para as famílias camponesas.

Para tanto, é preciso resgatar as formas de apropriação de terras e o processo de ocupação da região, evidenciando que o

avanço da fronteira e a territorialização do capital estão diretamente ligados aos processos históricos de concentração de terra e renda, ressaltando que todo esse processo foi viabilizado pelo Estado, desde a posse da terra por meio da elaboração de leis que facilitaram a grilagem ou pela fiscalização ineficiente (MORENO, 1994), até a criação de políticas de desenvolvimento e a concessão financiamento e de incentivos fiscais (TEIXEIRA; HESPANHOL, 2001), uma vez que a expansão e consolidação do agronegócio foi pautada no fundo público.

Contraditoriamente, nesta região de forte aliança do latifúndio boi/eucalipto, famílias camponesas teimosamente resistem num processo de enfrentamento à territorialização/monopolização do capital.

Dessa forma, para cumprir o objetivo proposto, foram utilizadas algumas metodologias que possibilitaram a análise da realidade agrária da região. Para entender a integração regional, bem como analisar as transformações causadas no Território Rural do Bolsão/MS e os processos de resistência dos pequenos camponeses frente ao grande capital, a partir da perspectiva de desenvolvimento desigual do sistema capitalista, recorreu-se a revisão bibliográfica em autores que tratam a temática da questão agrária e da dinâmica agrícola.

Complementarmente, foram analisados dados sobre a produção agropecuária na região, publicados na Pesquisa Agrícola Municipal (PAM), Pesquisa da Pecuária Municipal (PPM) e ainda na Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura(PEVS) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e dados sobre estrutura fundiária dos Censos Agropecuários, relativos aos anos de 1995/96, 2005/06 e 2017. A análise dos dados permitiu verificar a

expansão do agronegócio com plantios de *commodities* em detrimento da produção de alimentos que compõem a mesa da população, intensificando o uso capitalista do solo no Território Rural do Bolsão e, consequentemente, reforçando a concentração de terra e renda.

No que se refere a (re)criação camponesa no Território Rural do Bolsão/MS, foram visitados dois assentamentos de Reforma Agrária: PA São Joaquim no munícipio de Selvíria e PA 20 de Março em Três Lagoas. O PA São Joaquim foi visitado no ano de 2019, oportunidade em que realizou-se somente uma conversa informal com alguns assentados, sendo registrados alguns momentos por fotografia. Já no PA 20 de Março, a visita ocorreu no ano de 2020, para tanto, foram estruturadas entrevistas para serem aplicadas junto aos assentados, nessa ocasião foram visitados 05 lotes. O roteiro de entrevista abordava assuntos referentes à conquista do lote, perfil socioeconômico, práticas agroecológicas utilizadas dentro dos lotes e o acesso das políticas públicas.

Breves considerações sobre a formação do estado do Mato Grosso do Sul e seus desdobramentos na realidade do Território Rural do Bolsão/MS

De acordo com Hespanhol (2000), a região Centro-Oeste passou por um processo de ocupação, iniciada no século XVIII pelos bandeirantes que buscavam regiões com localização de minérios para extração. Com a realização de tal atividade, as cidades de Cuiabá, Cáceres, Poconé, Corumbá, Pirinópolis e o estado de Goiás protagonizaram a ocupação em questão. Todavia, embora a centralidade esteja na discussão sobre a ocupação econômica, já havia nessa região diversos territórios de comunidades indígenas,

que foram sendo dizimados de forma violenta para o domínio dessas terras (BORGES, 2012).

No século XIX a região passou a desempenhar maior dinamização econômica e ocupação populacional, a partir da criação de bovinos para corte e com o cultivo da erva-mate no sul de Mato Grosso. O protagonismo político mantinha-se centralizado em Cuiabá – desde o período da exacerbada extração de minérios –, no entanto, com o desenvolvimento econômico de outras regiões, a cidade perdeu tal centralidade (HESPANHOL, 2000).

A perda de controle de Cuiabá ocorreu alicerçada ao avanço do cultivo da erva-mate no sul de Mato Grosso, direcionado pela Companhia Mate Laranjeira que, em 1872, recebeu concessão do Estado para o cultivo da erva nas terras devolutas[2].

Fabrini (2008) considera que aliado ao latifúndio improdutivo, mascarado pelas imensas áreas de pecuária, o cultivo da erva-mate contribuiu como parte da concentração fundiária na região Centro-Oeste. Isto porque as ações de monopólio da terra no cultivo da erva-mate dificultaram o desenvolvimento de pequenas propriedades, principalmente porque a empresa concentrava imensas áreas e também a infraestrutura para o escoamento da produção, impulsionando os agricultores das pequenas propriedades a venderem sua produção para a Companhia.

No ano de 1916, o contrato de posse do uso da terra concedida à Companhia Mate Laranjeira foi findado. Isto ocorreu aliado à mudança nas políticas fundiárias decorrentes da Proclamação da República (1889), que transferiu o controle da terra, centrado no poder Federal, para o controle dos estados

[2] Terras devolutas - São as que não estão aplicadas ao uso da União, dos Estados, dos municípios ou ainda não foram incorporadas a particulares através de título legítimo. (ALMEIDA, 2004).

(FABRINI, 2008). Assim, a pressão e o descontentamento por parte dos ruralistas com o poder de mando de Tomas Laranjeira – dono da Companhia Mate Laranjeira – e seu monopólio exercido sobre as terras no sul de Mato Grosso fez com que o estado findasse o contrato de uso (BITTAR, 1999).

A transferência de poder de decisão de posse e uso da terra para os estados culminou em vendas/doações de terras devolutas para proprietários fundiários. Moreno (1994, p. 100) aponta que essa transferência da gestão das terras públicas:

> [...] representou um prêmio para as oligarquias regionais, mais especificamente proprietários e grandes posseiros, que almejavam ver descentralizado o poder de decisão sobre o destino das terras devolutas. As classes dominantes nos estados poderiam daí em diante influir mais diretamente na distribuição das terras, de acordo com os seus interesses econômicos e políticos.

Com a redução do império da erva-mate, a pecuária tornou-se a principal atividade desenvolvida no sul de Mato Grosso. A exportação do "gado em pé" para os portos do sudeste ocorreu por meio do Porto de Corumbá e com uso da Ferrovia Noroeste Brasil, ligando de Campo Grande ao estado de São Paulo (HESPANHOL, 2000).

Nesse sentido, as cidades no sul do Mato Grosso passam a exercer as dinâmicas de integração com outras regiões por meio do dinamismo econômico, fazendo com que Cuiabá perdesse a centralidade econômica, mantendo somente o controle político do estado. Isto intensifica a luta dos movimentos divisionistas pela separação do estado. Dentre as reivindicações desses movimentos, estava a busca do controle político de um "novo" estado, considerando que em Campo Grande havia, além do protagonismo econômico, o crescimento de "doutores" e homens da lei – filhos dos

latifundiários que haviam cursado o ensino superior em outros locais (BITTAR, 1999).

Os movimentos separatistas pressionavam o então presidente Getúlio Vargas, no entanto, sua perspectiva "nacionalista" de governo negava a necessidade de uma separação e objetivava a integração nacional e o povoamento das regiões de fronteira, o que fez concentrar esforços na política de "Marcha para o Oeste", intensificada por meio da criação das Colônias Agrícolas Nacionais.

No processo de criação das Colônias Agrícolas Nacionais, o Estado investiu em infraestrutura para a integração entre as regiões, o que abriu brecha para a valorização de vastas propriedades que se tornaram objetos de especulação, mantendo a concentração fundiária (HESPANHOL, 2000).

A utilização da "Marcha para o Oeste" e a implantação de Colônias Agrícolas Nacionais de fato serviu como forma de auxílio no povoamento da região (HESPANHOL, 2000), todavia, não resolveu os conflitos das elites do norte e do sul de Mato Grosso pela separação do estado. A disputa seguiu em curso até 1977, período da ditadura militar em que foram alteradas as políticas territoriais, e neste ano foi promulgada a divisão entre Mato Grosso e Mato Grosso do Sul (BITTAR, 1999).

Nesse sentido, materializando a estrutura da concentração fundiária herdada na formação de Mato Grosso do Sul, evidenciaremos esse desdobramento nas características fundiárias do Território Rural do Bolsão/MS. O território em questão foi instituído em 2013, pelo então Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), por meio das políticas de combate à pobreza no campo que objetivavam promover desenvolvimento rural numa

perspectiva de "descentralização", fortalecendo a participação dos agentes locais, todavia, transferindo também a responsabilidade do desenvolvimento territorial àqueles que compõe os territórios, logo, isentando as responsabilidades do Estado. (MELO; SILVA, 2016).

A origem da constituição do estado de Mato Grosso do Sul muito reflete em sua estrutura fundiária altamente concentrada e com discrepância na comparação dos dados. O exemplo é que os estabelecimentos rurais acima de mil hectares representam 9,38% do total e detém 80,45% da terra do estado, enquanto os estabelecimentos de até 200 hectares representam 75,22% do total e detém 0,19% da terra, conforme se observa na tabela 1.

Tabela 1 - Mato Grosso do Sul: Estrutura fundiária - 2017

Classe de Área total (ha)	Censo Agropecuário 2017				
	Nº de estabelecimentos	%	Área (ha)	%	Área média
0 a menos 200	53.083	75,22%	1.509.548	0,19%	28,44
200 a menos de 500	6.153	8,72%	2.015.063	7,27%	327,49
500 a menos de 1.000	4.718	6,69%	3.348.921	12,09%	709,82
Acima de 1.000	6.619	9,38%	22.286.452	80,45%	3.367,04
Total	**70.573**	**100%**	**29.159.984**	**100%**	**413,19**

Fonte: IBGE – Censo agropecuário, 2017. Org. AUTORES, 2020.

A presença do agronegócio, com a utilização de terras para a plantação de monocultivos para exportação de *commodities*, cria a ilusão de que o campo brasileiro e/ou sul-mato-grossense é produtivo, mascarando o uso da terra para auferir renda. Em contraponto ao caráter produtivo do campo sul-mato-grossense, Leonardo (2020), baseada nas análises de Oliveira (2008), evidencia que 23,67% dos imóveis presentes no estado de Mato Grosso do Sul eram improdutivos. A presente afirmação reforça que a aliança exercida entre agronegócio e proprietários fundiários, em que a propriedade da terra não se torna empecilho na expansão da agricultura capitalista no campo, via territorialização de

monopólios (OLIVEIRA, 2010), logo, a dinâmica em questão materializa a aliança entre terra-capital. (MARTINS, 1994).

Diante da quantidade de imóveis improdutivos no estado de Mato Grosso do Sul, cabe o destaque para os municípios do Território Rural do Bolsão, considerando que Três Lagoas detém a maior quantidade, com 149, seguido de Paranaíba que detém 129 imóveis (LEONARDO, 2020). Além do forte absenteísmo na região, considerando que em Três Lagoas 81% dos proprietários de terra não residem no município (NARDOQUE, 2017).

Essas informações contribuem para a compreensão da estrutura fundiária do Território Rural do Bolsão/MS. De acordo com dados da tabela 2, fica evidente a presença das grandes propriedades, uma vez que os estabelecimentos acima de 1.000 hectares representam apenas 13,95% do número total e ocupam uma área de 2.822.213 hectares, concentrando 71,57% das terras da região. Leonardo (2020), ao analisar os Censos de 1995/96, 2006 e 2017, ressalta que a estrutura fundiária sofreu poucas alterações, mantendo a essência da concentração de terra.

Tabela 2 – Território Rural do Bolsão/MS: estrutura fundiária – 2017

Classe de Área total (ha)	Censo Agropecuário 2017				
	Nº de estabelecimentos	%	Área (ha)	%	Área média
0 a menos 50	2.101	33,61%	40.681	1,03%	19,36
50 a menos de 100	670	10,72%	39.219	0,99%	58,54
100 a menos de 200	683	10,92%	100.407	2,55%	147,01
200 a menos de 500	1.128	18,04%	369.075	9,36%	327,19
500 a menos de 1.000	798	12,76%	571.960	14,50%	716,74
Acima de 1.000	872	13,95%	2.822.213	71,57%	3.236,48
Total	**6.252**	**100,00%**	**3.943.555**	**100,00%**	**630,76**

Fonte: IBGE – Censo agropecuário, 2017. Org. AUTORES, 2020.

Neste sentido, pode-se relacionar a concentração fundiária e o processo histórico de ocupação, com o protagonismo da pecuária de corte desenvolvida no território, que foi tradicionalmente usada no município de Três Lagoas como forma de desmatar as áreas de

cerrado para introdução da gramínea braquiária para o gado e expandir os latifúndios, com recursos do POLOCENTRO (TEIXEIRA; HESPANHOL, 2001).

O POLOCENTRO (Programa de Desenvolvimento dos Cerrados) foi o programa governamental instituído para o desenvolvimento das áreas de cerrados para atividades de lavouras, pastagens e reflorestamento (HESPANHOL, 2000; TEIXEIRA, 2005).

A forma como o POLOCENTRO foi utilizado nos municípios da região serve como argumento para ressaltar a materialização das heranças da concentração fundiária na formação do Centro-Oeste e do Mato do Grosso do Sul nas relações exercidas pelos proprietários fundiários nos municípios do Território Rural do Bolsão/MS. Ademais, a dinâmica de desmatamento das áreas de cerrado serviu como brecha para introdução do discurso de "reflorestamento" por espécies exóticas, tal como o eucalipto, assim, mantendo as relações de concentração fundiária protegidas pelas ações do latifúndio produtivo que contribuem, inclusive, para majoração do preço da terra e retardo da Reforma Agrária (BARATELLI, 2019).

A expansão do agronegócio no Território Rural do Bolsão/MS

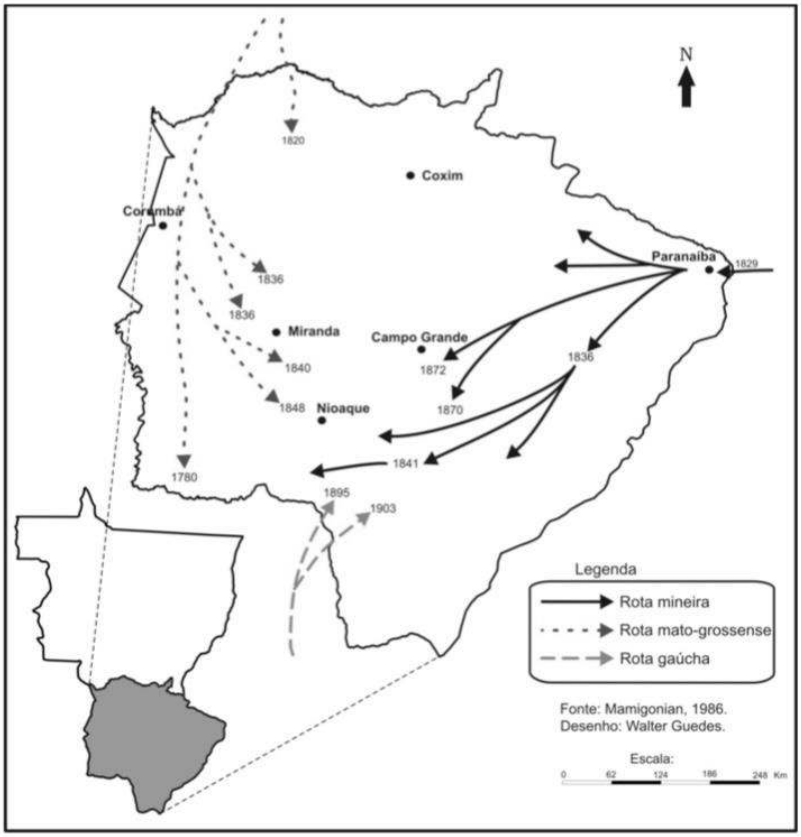
O Território Rural do Bolsão/MS, como destacado, é constituído por oito municípios caracterizados por uma estrutura fundiária concentrada, resultado das formas históricas de apropriação de terras legitimadas pelo Estado e em conjunto com grandes latifundiários. A passagem das terras devolutas para o domínio privado significou um prêmio para as oligarquias regionais, pois tiveram acesso e influência sobre o processo de gestão das

terras públicas (MORENO, 1994). Dessa forma, e conforme já apontara Fabrini (2008), a conformação do Mato Grosso do Sul enquanto estado foi fundada na grande propriedade.

Kudlavicz (2017) pontua que antes do processo de expansão do capital na região do Território Rural do Bolsão/MS, com a modernização da agricultura e a inserção no mercado de eucalipto/celulose, havia uma predileção para a atividade pecuária, um consenso em torno de uma "vocação" dos munícipios para a criação de bovinos, justamente por conta das condições naturais do solo, terras consideradas de baixa fertilidade. A própria inserção do estado de Mato Grosso do Sul no mercado nacional e o processo de integração se deram, justamente, por meio da atividade pecuária. O surgimento das fazendas de gado remonta ao século XIX, com a migração dos fazendeiros do norte do estado, de Minas Gerais e de São Paulo (figura 1) (HESPANHOL, 2000; ABREU, 2001; SILVA, 2011).

Em relação à região do Bolsão, Queiroz (2008) aponta que o domínio foi exercido pela Família Garcia Leal e seus agregados, que foram, aos poucos, abrindo outras fazendas ao sul do município de Paranaíba, formando grandes posses até onde se localiza atualmente o município de Três Lagoas. A atividade agropastoril marcou essa região também pelo fato de ser rota de passagem entre as províncias de Mato Grosso, Minas Gerais e São Paulo. Nesse sentido, os municípios do Bolsão/MS foram se consolidando como área criatória de rebanho bovino, assentada na grande propriedade (CAMPESTRINI, 2002; CAMARGO, 2010).

Figura 1 - Sul de Mato Grosso: principais rotas de avanço da pecuária bovina (1780-1903)



Fonte: SILVA, 2011.

Em relação à pecuária bovina, por meio do exame dos dados da tabela 3, é possível constatar a evolução do efetivo de bovinos na região ao longo dos anos, atingindo o maior número de cabeças no ano de 2005, com um total de 3.881.990 bovinos. Todavia, o número sofreu queda após o ano de 2005, período correspondente à instalação da primeira empresa de eucalipto/celulose, no caso a Suzano (lançamento da pedra fundamental do Complexo VCP-IP) ocorrida em 2006; e 2010, com as primeiras atividades ligadas a Eldorado Brasil, ambas no município de Três Lagoas, marcando uma nova territorialização do complexo eucalipto/celulose na região. Em 2019, o número

registrado foi de 2.585.334 cabeças, uma queda de 33,39% em relação ao ano de 2005.

Tabela 3 - Território Rural do Bolsão/MS: efetivo de rebanho bovino (1980-2019)

Ano	Efetivo do rebanho
1980	1.541.739
1985	2.309.035
1990	2.953.770
1995	3.727.302
2000	3.678.412
2005	3.881.990
2010	3.332.252
2015	2.907.956
2019	2.585.334

Fonte: IBGE - Pesquisa da Pecuária Municipal (2019). Org. AUTORES.

Os municípios de Três Lagoas, Paranaíba e Água Clara são os que, historicamente, se destacaram em relação à atividade criatória de bovinos. Três Lagoas atingiu a marca de 938.008 cabeças no ano de 2005 e, em 2019, registrou 540.685 cabeças, regredindo aos números de 1985, quando contabilizava 516.495 cabeças. O município de Paranaíba registrou o maior rebanho no ano de 1995, com 638.302 cabeças e, em 2019, o número foi de 481.942. Em Água Clara, o crescimento do rebanho ocorreu a partir de 1995, atingindo a maior marca em 2005, com 803.606 cabeças, diminuindo a partir desse período até atingir, em 2019, 451.887 cabeças, uma queda de 43,77% em relação ao período de maior expansão.

Kudlavicz (2011) destaca a atuação do Estado brasileiro como agente indutor do desenvolvimento do capitalismo no campo, atuando de forma decisiva para efetuar a ocupação da região Centro-Oeste. Dessa forma, o Estado realizou a criação de políticas públicas direcionando a transformação da região em produtora de matérias-primas. O destaque para a região do Bolsão/MS veio com a

criação em 1975 do Programa de Desenvolvimento dos Cerrados (POLOCENTRO), por meio da Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste (SUDECO).

Os sistemas de créditos oferecidos pelos programas governamentais, com destaque aqui para o POLOCENTRO, privilegiaram as médias e grandes propriedades. No caso da região em questão, a política desenvolvimentista foi importante na expansão da pecuária e do plantio de eucalipto e pinus (ABREU, 2001).

Kudlavicz (2011) destaca que na década de 1970 havia, então, uma priorização na destinação das terras para plantio de eucalipto/pinus na região. Todavia, concomitante a esse processo, que o autor vai denominar de "eucaliptização", há também uma expansão na pecuária bovina, em resposta aos objetivos do II PND para a região Centro-Oeste, que era o de criar um corredor de abastecimento para os grandes centros urbanos.

Na atualidade, os números mostram uma redução no efetivo bovino da região e o crescimento significativo da área plantada com eucalipto e pinus.

O aumento dos plantios de eucalipto e pinus entre os anos de 1970 e 1980 foi resultado dos incentivos fiscais do governo federal, estimulados pela Lei nº 5.106 de 1966, que visava oferecer incentivos a empreendimentos florestais e, também, diretamente ligado à criação, pelo Decreto-Lei Nº 1.376, de 12 de dezembro de 1974, do FISET (Fundo de Investimentos Setoriais). Nesse período, Kudlavicz (2011) aponta que foram ocupados, com eucalipto e pinus, 416 mil hectares de terras nos municípios de Ribas do Rio Pardo, Água Clara e Três Lagoas.

> Fazer referência a esta política de incentivos fiscais é fundamental porque é ela que vai dar

> origem aos primeiros plantios de eucalipto no Estado de Mato Grosso do Sul, situados na Microrregião de Três Lagoas. Ainda que nessa época os plantios tenham sido feitos em pequena escala, eles foram determinantes como sinalizador dessa Microrregião como área reservada para o monocultivo de eucalipto e pinus. E essa função de "vocação florestal" fica esboçada, em 1974, com a criação do "Distrito Florestal de Mato Grosso do Sul" (SILVA, p. 65, 2002), compreendendo "uma área contígua de 63.000 km² nos municípios de Água Clara, Brasilândia, Camapuã, Campo Grande, Ribas do Rio Pardo, Santa Rita do Pardo e Três Lagoas" [...] (KUDLAVICS, 2011, p. 59).

Os dados mais recentes de área plantada com eucalipto e pinus (tabela 4) evidenciam com bastante clareza a nova territorialização do cultivo. Em 2013, 326.700 hectares de terras da região estavam ocupados com o plantio de eucalipto e 3.350 hectares, ocupados com pinus. A área territorial do eucalipto expandiu-se significativamente ao longo dos anos com a consolidação do Complexo na região. Em 2016, a área plantada com eucalipto foi de 516.400 hectares e apenas 276 hectares plantados com pinus; já no ano de 2019, 572.974 hectares estavam ocupados com eucalipto e 334 hectares plantados com pinus, uma expansão de 75,38% na área plantada com eucalipto em relação ao ano de 2013[3].

[3] Os registros de silvicultura disponíveis no banco de dados do IBGE são a partir do ano de 2013. Os dados dos anos anteriores não estão disponíveis no banco de dados, impossibilitando, dessa forma, a análise de períodos anteriores.

Tabela 4 - Território Rural do Bolsão/MS: Área plantada (em hectares) com eucalipto/pinus (2013-2019)

Ano x cultivo	Eucalipto	Pinus
2013	326.700	3.350
2014	484.450	700
2015	486.398	500
2016	516.400	276
2017	581.847	265
2018	571.800	340
2019	572.974	334

Fonte: IBGE - Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura (2019). Org. AUTORES.

A partir dos dados é possível afirmar que no Mato Grosso do Sul e, consequentemente, nos municípios do Território Rural do Bolsão/MS, houve a priorização de alguns cultivos, no caso o plantio de eucalipto e pinus, e da pecuária, em detrimento de produção de alimentos. Essa seletividade está diretamente ligada à renda da terra. O Território Rural do Bolsão/MS não se consolidou como área de produção de alimentos, pois a utilização das terras sempre foi para cultivos voltados para a exportação e baseados na grande propriedade, justamente, por conta da gênese da apropriação da terra no estado e região.

Por meio da análise dos dados (tabela 5) é possível perceber a diminuição da área plantada dos cultivos como arroz, feijão, mandioca. No caso do arroz, a queda é ainda mais significativa, pois não há registros de produção do cultivo no ano de 2019. A área plantada com feijão passou de 2.407 hectares em 1990, para 1.062 hectares em 2019, uma redução de 55,88%. Em relação à quantidade produzida houve, na realidade, uma expansão, passando de 1.249 toneladas em 1990, para 2.582 toneladas em 2019, podendo-se concluir que houve aumento da produtividade do cultivo, possivelmente ligado ao processo de modernização da agricultura. Em relação à mandioca, a área plantada também

apresentou retração de 47,31%, passando de 1.860 hectares em 1990, para 980 hectares em 2019.

Tabela 5 - Território Rural do Bolsão/MS: área plantada com os cultivos de arroz, feijão e mandioca (em hectares) (1990-2019)

Ano x cultivo	Arroz	Feijão	Mandioca
1990	11.100	2.407	1.860
1995	8.257	220	1.300
2000	4.770	830	710
2005	63	637	750
2010	20	1.590	360
2015	110	750	360
2019	-	1.062	980

Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal (2019). Org. AUTORES.

Dessa forma, o plantio de alimentos (arroz, feijão e mandioca) foi diminuindo ao longo dos anos, passou de 15.367 hectares em 1990, para 6.310 hectares nos anos 2000, regredindo para 1.970 hectares em 2010 e, em 2019, registrando 2.042 hectares.

Os cultivos de algodão e milho apresentaram expansão no período em análise. A área plantada com algodão passou de 372 hectares em 1990, para 13.772 hectares em 2019, uma expansão de 3.602% na área plantada e 15.172% na quantidade produzida (de 408 toneladas em 1990 para 62.310 toneladas em 2019). O milho também apresentou expansão, considerando que, em 1990, havia 24.380 hectares plantados com o cultivo, a área aumentou 100%, atingindo 48.980 hectares, em 2019. A quantidade produzida também aumentou em 376%, passando de 69.745 toneladas em 1990, para 331.997 toneladas, em 2019.

A expansão da área e da quantidade produzida de ambos os cultivos, bem como da cana-de-açúcar e a continuidade da produção de soja, mesmo esta apresentando uma relativa retração (tabela 6), pode ser explicada pelo fato de serem cultivos destinados à exportação, num período de forte incentivo e valorização das

commodities, visando o aumento das exportações do país (HESPANHOL, 2000).

Segundo Domingues e Thomaz Júnior (2012) e Teixeira (2015) a territorialização do capital agroindustrial canavieiro no Mato Grosso do Sul tonou-se exponencial, principalmente por conta das políticas públicas destinadas à produção de biodiesel, à produção do etanol a partir da cana-de-açúcar, destacando a criação do Programa Nacional do Álcool (Proálcool), com financiamentos na implantação de destilarias por todo o país. Nessa perspectiva:

> [...] o processo expansionista da cana-de-açúcar, além de obter incentivos fiscais oferecidos pelo governo estadual, também fez parte das prioridades do apoio financeiro do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e de outras fontes de investimentos públicos como o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) (DOMINGUES; THOMAZ JÚNIOR, 2012, p. 140).

A produção de cana-de-açúcar apresentou crescimento significativo nos últimos anos. Em 1990 a área plantada com o cultivo era de apenas 3.264 hectares, produzindo 163.200 toneladas; no ano de 2000 houve uma bruta interrupção no plantio, registrando apenas 20 hectares de área plantada; já em 2010 a área plantada com cana-de-açúcar era de 50.702 hectares, com uma produção de 3.603.284 toneladas; em 2019, a área plantada foi para 54.327 hectares e quantidade produzida foi de 3.502.629 toneladas. O município de Aparecida do Taboado até os anos 2000 era o único produtor de cana-de-açúcar entre os municípios do Bolsão/MS, somente a partir do ano de 2010 é que houve o incremento de áreas plantadas em outros municípios.

Tabela 6 - Território Rural do Bolsão/MS: Área plantada com os cultivos de cana-de-açúcar e soja (em hectares) (1990-2019)

Ano x cultivo	Cana-de-açúcar	Soja
1990	3.264	142.062
1995	2.254	143.014
2000	20	124.009
2005	13.676	145.970
2010	50.702	95.250
2015	55.719	90.768
2019	54.327	106.053

Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal (2019). Org. AUTORES.

Em relação ao cultivo de soja, houve uma queda na área plantada a partir do ano de 2010, que não representou uma diminuição significativa na quantidade produzida. Em 1990 a quantidade produzida foi de 270.282 toneladas, não havendo registro de produção em 2000 e, em 2010, a produção foi de 303.622 toneladas. Em 2019 a área plantada aumentou para 106.053 hectares e a quantidade produzida atingiu a marca de 393.788 toneladas. O município de Chapadão do Sul é destaque na produção de grãos, tanto do milho, quanto da soja; em relação à soja o município produziu, no ano de 2019, 347.930 toneladas do cultivo, o que representa 88,35% do total da produção da região.

Dessa forma, é possível entender o território sul-mato-grossense, a partir da modernização da agricultura, como atrativo para a expansão e territorialização das *commodities*, principalmente a cana, a soja e o eucalipto. Três Lagoas foi eleita, no ano de 2010, a "capital mundial da celulose", em um artigo[4] publicado em outubro daquele ano, no site da revista Época Negócios, cuja matéria ressalta as vantagens econômicas da instalação da indústria de celulose no referido município.

[4] Disponível em:< http://epocanegocios.globo.com/Revista/Common/0,,EMI177058-16642-6,00-TRES+LAGOAS+CAPITAL+MUNDIAL+DA+CELULOSE.html>. Acesso em 04 Dez. 2020.

Nos anos recentes, houve uma expansão da produção de eucalipto/celulose. São duas empresas do setor instaladas no município de Três Lagoas, a Suzano e a Eldorado Brasil.

Segundo os dados do Relatório da Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura - PEVS, publicado pelo IBGE em 2019, o município de Três Lagoas apresentou o segundo maior valor de produção da silvicultura do país, com R$ 247,1 milhões, e 263,7 mil hectares de área ocupada pela silvicultura, o que representa 2,7% na participação nacional.

Há ainda outros três municípios do Mato Grosso do Sul (Água Clara, Brasilândia e Selvíria) que integraram o ranking de municípios com maior área ocupada pela silvicultura em 2019, sendo dois deles: Água Clara (4º lugar com 132.276 ha) e Selvíria (9º lugar com 87.321 ha) pertencentes ao Território Rural do Bolsão/MS. Tanto Ribas do Rio Pardo (2º lugar com 217.291 ha), quanto Brasilândia (5º lugar com 128.600 ha) não fazem parte do Bolsão, mas integram à microrregião de Três Lagoas, o que explica os números da silvicultura nesses municípios, visto que constituem área de influência direta da indústria de eucalipto e celulose, por meio da expansão de suas bases florestais.

A atuação da Eldorado Brasil, segundo Plano de Manejo[5] da empresa, publicado em 2020, se estende pelos munícipios Água Clara, Anastácio, Aparecida do Taboado, Bataguassu, Brasilândia, Dois Irmãos do Buriti, Inocência, Paranaíba, Ribas do Rio Pardo, Santa Rita do Pardo, Selvíria e Três Lagoas. O total da área territorial ocupada pela empresa foi de 366.947 hectares em 2019, desse total: 232.714 hectares estavam ocupados com a base

[5] SUSANO. Resumo Público do Plano de Manejo Florestal. Disponível em: < https://storage.googleapis.com/stateless-site-suzano-com-br/2020/08/e972ee61-resumo2019-ms_final.pdf>. Acesso em 04 Dez. 2020.

florestal, sem especificação da área plantada por município; 109.084 hectares reservados como Área de Conservação e Preservação; 25.148 mil hectares identificados como outros usos. Do total de 366.947 hectares, 68% eram terras na modalidade de arrendamento, 28% na modalidade de parceria e apenas 4% eram terras próprias, tituladas em nome da empresa.

Segundo o Resumo Público do Plano de Manejo Florestal[6], publicado em 2020, pela Suzano, sua área de atuação na unidade de Três Lagoas compreende uma extensão de 466.366 hectares, sendo 314.253 hectares ocupados pelo plantio, 135.728 hectares reservados como área de preservação e 16.385 hectares ocupados por infraestrutura e outros usos. Do total de área de plantio, 52.676 hectares são terras próprias da empresa. Contudo, a área arrendada de outros proprietários ou em parceria é bem maior, sendo 204.109 hectares plantados em terras arrendadas e 57.468 hectares na modalidade de parceria. A área identificada como outros usos corresponde a estradas, construções, faixa proteção das redes de alta tensão etc. Dentre os municípios, os que apresentam maior extensão territorial sob domínio da Suzano são: Três Lagoas, Brasilândia e Ribas do Rio Pardo, com 184.147 hectares, 153.421 hectares e 44.689 hectares, respectivamente. A produção média anual dos plantios é em torno de 34,5 m^3/ha/ano.

Os dados apresentados permitem evidenciar a territorialização do complexo de eucalipto/celulose, uma vez que a área sobre domínio das duas empresas soma 833.313 hectares.

A consolidação da pecuária bovina, a expansão do agronegócio na região, e recentemente do complexo do

[6] ELDORADO BRASIL. Resumo Público do Plano de Manejo Florestal. Disponível em: < http://www.eldoradobrasil.com.br/img/plano-de-manejo-florestal-2020.pdf>. Acesso em 04 Dez. 2020.

eucalipto/celulose espalhou-se com muita facilidade no Território Rural do Bolsão/MS, em decorrência do que Martins (1994) denominou de "aliança terra-capital".

Essa aliança foi muito bem evidenciada por Silva e Almeida (2017, p. 80) ao destacarem que:

> A implantação das empresas de celulose e papel marcou a intensa relação entre a indústria, o latifúndio e o Estado – uma tríplice aliança materializada nos municípios por meio da expansão da agricultura empresarial, alicerçada na concentração de terra no campo, e uma nova reorganização do território que perpassa a articulação das ações do latifúndio do boi com o latifúndio do eucalipto (SILVA; ALMEIDA, 2017, p. 80).

Esse processo tem ocorrido na perspectiva do desenvolvimento desigual já apontado por Oliveira (2010). O Território Rural do Bolsão está em disputa, ao mesmo tempo em que há a reprodução e expansão de relações capitalistas, via territorialização do capital e monopolização do território, há, por outro lado, a reprodução de relações baseadas em outra lógica de vida e de produção, a lógica camponesa, representada pelo seu modo de vida e a partir de suas lutas para ocupar e resistir numa fração do território capitalista.

Recriação camponesa no Território Rural do Bolsão/MS

O estado do Mato Grosso do Sul possuiu uma forte concentração fundiária alicerçada na aliança capitalista-latifundiários-Estado e no processo histórico da apropriação capitalista da terra (NARDOQUE; MELO; KUDLAVICZ, 2018). Essa fração do território que outrora era marcado majoritariamente pela atividade da pecuária, agora é evidenciado, também, pelo pacto

de classes expressado pelo complexo eucalipto-celulose-papel (ALMEIDA, 2012).

A territorialização do capital no campo é um entrave para que se concretize a Reforma Agrária, uma vez que "esse modelo de uso e ocupação das terras no Bolsão tem contribuído para a expulsão de milhares de camponeses [...] gerando uma agricultura sem agricultores" (KUDLAVICZ, 2017, p. 09).

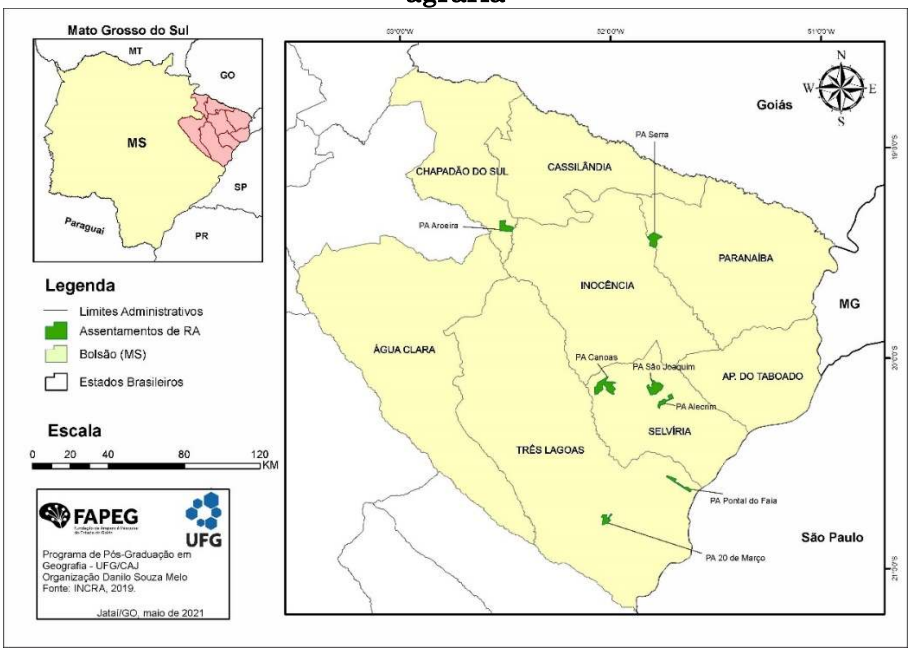
Todavia, esse processo de territorialização/monopolização é realizado de forma desigual e contraditória no território, pois as famílias camponesas resistem, mantendo seu modo de vida, nessa fração de território capitalista. O desenvolvimento desigual e contraditório, ao mesmo tempo em que reproduz relações estritamente capitalista, também produz relações não capitalistas (OLIVEIRA, 2007).

Podemos destacar como relações não capitalistas de produção, o trabalho familiar camponês. A priorização das terras da região para o desenvolvimento da agricultura capitalista tem causado a expulsão e expropriação dos camponeses de suas terras. Quando a expulsão não ocorre via territorialização do agronegócio e o consequente processo de migração para a cidade, os camponeses são direcionados a uma situação de subordinação ao capital, via estratégias de monopolização da produção camponesa.

O Território Rural do Bolsão possui sete assentamentos de reforma agrária, a saber: PA Canoas, PA Alecrim e PA São Joaquim localizado no município de Selvíria; PA Pontal do Faia e PA 20 de Março, em Três Lagoas; PA Aroeira em Chapadão do Sul e PA Serra em Paranaíba (mapa 02). Para Almeida (2017, p. 5) esses assentamentos são uma "presença incômoda", evidenciando o

território em disputa e a luta pela terra, que ocorre entre capital, personificado no agronegócio, e a agricultura familiar camponesa.

Mapa 2 - Território Rural do Bolsão/MS: assentamentos de reforma agrária



Fonte: MELO (2021).

Nos últimos anos, houve forte desmonte das políticas públicas voltadas para a agricultura familiar camponesa, sobretudo a partir do pós-golpe em 2016, que levou à presidência da República Michel Temer. Segundo Cleps Júnior (2018), mediante o golpe iniciou uma nova tendência neoliberal. A extinção de política de governos e a diminuição orçamentária destinada para a agricultura familiar camponesa, no limite, provocam a expulsão dos camponeses do campo.

Durante saída de campo realizada no PA 20 de Março, em 06 de dezembro de 2020, foi possível constatar várias falas que denunciam o abandono do Estado. Nesse sentido, a assentada relata:

> [...] é o que eu falo, para o pobre ser melhor tinha que ter, o que eles tinham que fazer, olhar com uns olhos melhor pra gente, porque se nós não produzir vai falta alimento na mesa do brasileiro, né? E eles não vê isso, que quem produz é nós, e você pensa que trabalhar no sol é fácil? Não é fácil [...] tem que gostar [...], tem que dar valor, né. E não, eles ficam fazendo descaso, da gente, achando que a gente não é gente, e a gente somos gente igual eles [...] se eles olhasse pros pobres com bons olhos as coisa seriam bem melhor, se desse mais atenção, se tivesse mais objetivo com a gente [...] Até hoje não acessei o meu PRONAF, até hoje não acessei nada [...] e o meu projeto tá lá no banco, é como estou falando pra você, é muito difícil você conseguir acessar, é igual a casa, vieram aqui, tiraram foto, deram a prancheta pra nós assinar é... passaram o GPS, essas casas nunca saiu do papel [...].

Deste modo, a diminuição orçamentária das políticas públicas voltadas para os camponeses atinge bruscamente programas essenciais que permitem a (re)produção camponesa, podemos citar: o Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), Programa de Aquisição de Alimento (PAA) e Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Outro ponto importante que afetam os agricultores familiares camponeses está relacionado a burocracia para acessar esses programas e a falta de acesso a Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP), que, sem este documento, os camponeses não conseguem acessar os programas a cima citados. Portanto, os agricultores buscam outras alternativas para permanecer na terra e garantir a sua reprodução enquanto classe.

Podemos citar como exemplo o assentamento de reforma agrária São Joaquim localizado no município de Selvíria. Durante saída de campo ao assentamento no ano de 2019, pode-se notar a contrarreforma agrária em curso no campo brasileiro, já muito

apontada nos trabalhos de Oliveira (2007) e Nardoque (2017). Esse processo se materializa na ausência do Estado no sentido de efetivar políticas públicas para que os assentados possam escoar a produção e, assim, permanecer na terra de morada e de trabalho. Nesse sentido, por falta de acesso as políticas públicas, o agricultor familiar camponês perdeu toda sua produção de banana.

Figura 2 – Selvíria-MS: produção de bananas no Assentamento São Joaquim - 2019



Fonte: Trabalho de campo. Foto: AUTORES, 11 de fev. 2019.

Assim, a contrarreforma agrária, a dificuldade dos camponeses no acesso às políticas públicas que, apesar de todos os problemas, permitem a permanência na terra, são elementos que abrem margem para a atuação da iniciativa privada mediante a criação de projetos de responsabilidade social. Essas empresas buscam, por meio dos projetos sociais, esconder a conflitualidade

com os camponeses presentes nessa fração do território e garantir o selo de exportação.

> A debilidade da presença do Estado nos projetos de assentamentos e, consequentemente, o abandono das famílias à própria sorte, tem permitido o que chamamos de privatização da Reforma Agrária. Fenômeno que ocorre na região por duas determinantes articuladas: uma é a existência da 'porteira abandonada' da Reforma Agrária por parte do Estado, a outra, a necessidade por parte das papeleiras, leia-se Fibria e Eldorado Brasil, de executarem 'ações sociais' com vistas à obtenção das certificações fundamentais para a venda da celulose a partir de um imaginário exitoso de 'desenvolvimento sustentável', dentre outras questões (KUDLAVICZ; ALMEIDA, 2014, p. 3).

Embora ocorra a territorialização do capital no campo, nenhuma classe detém o monopólio total do território (FABRINI, 2011). Podemos destacar a recriação camponesa no Território Rural do Bolsão/MS que, mesmo não tendo o apoio do Estado, busca estratégias para permanência na terra e vê nos projetos de responsabilidade social das empresas "uma luz no fim do túnel".

Contudo, os assentados possuem consciência que essas empresas criam seus projetos de responsabilidade social objetivando outros fins que não a colaboração e o fortalecimento da agricultura familiar camponesa. Há relação contraditória entre os assentados do assentamento de reforma agrária 20 de Março e a Suzano. Esta empresa criou um projeto denominado Produção Integrada Madeira e Alimento (PIMA). Em síntese, ocorria integração do eucalipto e da agricultura camponesa em uma área da Fibria destinada para essa ação, tendo como um dos objetivos do projeto a produção de alimentos sem a utilização de agrotóxico. Porém, esses projetos tratam-se de uma forma de cooptação e não possibilitam que os agricultores tenham autonomia.

Portanto, os projetos criados pelas papeleiras vedam os conflitos existentes nesta fração do território, pois, embora os assentados tenham consciência dos impactos socioambientais causados pelas ações destas, as poucas alternativas existentes são os projetos de responsabilidade social.

Há ainda projetos de extensão desenvolvidos pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, campus de Três Lagoas, com destaque para as Sacolas Agroecológicas e a Feira de produtos em Transição Agroecológica da Agricultura Camponesa. Por meio desses projetos e de uma relação horizontal construída com a Universidade, os assentados têm conseguido superar os empecilhos colocados pela lógica capitalista. No primeiro momento, os projetos eram voltados para o escoamento da produção através dos canais curtos de comercialização (CCC) e, no segundo momento, os projetos estavam relacionados à produção, apoiando na transição agroecológica.

> [...] hoje, nós aqui estamos bem graças a Deus. Mas primeiro, foi depois que a gente começou nesses projetos com a faculdade que as coisas começaram a melhorar, a primeira coisa que começou a melhorar pra nós, quando nós começamos com a sacola [...] aí as coisas começaram, sabe, eles olham pra gente diferente, mas antes, nós não éramos vistos com bons olhos, nós assentados é considerado vagabundo, não tem isso, não tem coragem pra trabalhar, que toma terra dos outros, sendo que a terra tem que se de todo mundo [...][7].

Deste modo, podemos concluir que, mesmo com presença debilitada do Estado, esses camponeses buscam estratégias e alternativas para permanecer na terra de morada e de trabalho. Além da autonomia, os projetos da Universidade proporcionam o

[7] Entrevista com assentada no PA 20 de Março, em Três Lagoas, concedida aos autores, em 06/12/2020

resgate da identidade, das sementes crioulas, o respeito pela agricultura familiar camponesa, dentre outros.

Considerações finais

O presente trabalho objetivou entender como foi ocorrendo, ao longo do tempo, a integração do Território Rural do Bolsão/MS, via *commodities*, aos mercados nacional e internacional, a partir do processo de modernização do campo e expansão do capital e, ainda, os desdobramentos desse processo no território, principalmente para as famílias camponesas.

Para cumprir com o objetivo proposto, foi necessário realizar a análise acerca do processo de integração e desenvolvimento econômico da região Centro-Oeste, seus desdobramentos na formação do estado de Mato Grosso do Sul e características da realidade agrária do Território Rural do Bolsão/MS. Desta forma, foi evidenciado que o processo de ocupação do Centro-Oeste ocorreu por meio da apropriação de grandes áreas rurais para auferir renda, logo, essa dinâmica reproduziu-se na formação do estado de Mato Grosso do Sul. A materialização do processo histórico de formação pôde ser explicitada também a partir da realidade agrária do Bolsão/MS, em que impera a concentração fundiária por parte do latifúndio improdutivo e produtivo – via territorialização do capital celulósico.

Historicamente, o Território Rural do Bolsão/MS manteve sua "vocação" centrada na criação de bovinos para corte, isto porque as condições de baixa fertilidade de solo e relevo plano favoreciam tal atividade, além dos incentivos governamentais. Nesse sentido, os incentivos fiscais e recente histórico (década de 1970) de plantio de eucalipto na região fez com que a expansão do monocultivo

ocorresse em grande escala. Assim, a intensa e rápida expansão do monocultivo culminou, inclusive, em períodos de redução na criação de bovinos. Todavia, atualmente as principais atividades do campo se dividem entre os grandes proprietários de terra, seja pela criação de bovinos, para o plantio de eucalipto e/ou arrendamento para as empresas de celulose.

De fato, a centralidade econômica da região do Bolsão/MS ocorre nas atividades já apontadas nesse texto como a pecuária, o eucalipto, a soja e a cana-de-açúcar, no entanto, o desenvolvimento capitalista desigual e combinado produz também relações não capitalistas de produção, logo, a agricultura familiar camponesa é a materialização deste processo, que se evidencia por meio da resistência camponesa na produção de alimentos, manutenção do modo de vida e zelo com a biodiversidade.

O problemático processo de integração do Centro-Oeste e formação do estado de Mato Grosso do Sul, centrado em atividades econômicas em grandes propriedades fundiárias, tais como a pecuária e plantio de monocultivos, evidencia o poder exercido pela concentração fundiária. Nesse sentido, no Território Rural do Bolsão/MS, em que se expande o latifúndio combinado na aliança terra-capital, os camponeses se (re)criam e resistem teimosamente aos avanços da agricultura capitalista.

Referências

ABREU, Silvana de. *Planejamento governamental:* A SUDECO no espaço Mato-Grossense: contexto, propósitos e contradições. 2001. 323f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. 2001.

ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de (Org.). *Pequeno glossário da questão agrária.* Três Lagoas, 2004. Mimeografado.

_____. Territorialização complexo eucalipto-celulose-papel em Mato Grosso do Sul. *Anais* XXI Encontro Nacional de Geografia Agrária. 2012.

_____. Recriação Camponesa no Bolsão/MS em tempos de impérios de papel: ambiguidade e resistência. *Anais [...]* VIII Simpósio Internacional de Geografia Agrária e IX Simpósio Nacional de Geografia Agrária GT 13 – Agrotóxicos, transgênicos e outras tecnologias no campo: usos e abusos. UFPR: Curitiba, 2017.

BARATELLI, Amanda E. S. *A dinâmica do processo de expansão do eucalipto e a majoração do preço da terra no município de Três Lagoas.* Três Lagoas: 2019. 71 f. Monografia (Licenciatura em Geografia) - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Três Lagoas, 2019.

BITTAR, Marisa. Sonho e realidade: vinte e um anos da divisão de Mato Grosso. *Multitemas,* Campo Grande, (15): 93- 124, out. 1999.

BORGES, Maria Celma. Escravos, roceiros e povos originários em Sant'Ana de Paranaíba: terra e liberdade nos campos do Sul de Mato Grosso (séculos XVIII e XIX). *Mundos do Trabalho*, v. 4, n. 8, p. 45-67, 2012.

CAMARGO, Isabel Camilo de. *O Sertão de Santana de Paranaíba:* um perfil da sociedade pastoril-escravista no Sul do antigo Mato Grosso (1830 - 1888). 2010. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, MS.

CAMPESTRINI, Hildebrando. *Santana de Paranaíba (de 1700 a 2002).* 3 ed. Campo Grande/ MS: IHGB/MS: 2002.

CLEPS JR., J. Descaminhos da reforma agrária no contexto das reformas neoliberais e da crise político-institucional no Brasil. *Revista OKARA*: Geografia em debate, v.12, n.2, p. 649-663, 2018.

DOMINGUES, Alex Torres; JÚNIOR, Antônio Thomaz. A territorialização da cana-de-açúcar no Mato Grosso do Sul. Caderno Prudentino de Geografia, v. 1, n. 34, p. 138-160, 2012.

FABRINI, João Eduardo. A posse e a concentração de terra do sul de Mato Grosso do Sul. In: ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de (Org.). *A questão agrária em Mato Grosso do Sul*: uma visão multidisciplinar. Campo Grande. Editora UFMS, 2008, p. 53-80.

_____. Território, Classe e Movimentos Sociais. *Revista da Anpege*, v.7, n.7, p. 97-112, Jan./Jul. 2011.

FONSECA. Silas Rafael da. *Latifúndio (im)produtivo e impasses à recriação camponesa no sudeste paranaense***.** 2019. Tese (Doutorado

em Geografia) - Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2019.

HESPANHOL, Antonio Nivaldo. A expansão da agricultura moderna e a integração do Centro-Oeste brasileiro à economia nacional. *Caderno Prudentino de geografia*, v. 1, n. 22, p. 7-26, 2000.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo agropecuário*, 1995-1996. Disponível em: < https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-1995-1996>. Acesso em: 25 set. 2020.

_____. *Censo agropecuário*, 2006. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/51/agro_2006.pdf>. Acesso em: 25 set. 2020.

_____. *Censo agropecuário*, 2017. Disponível em: < https://censoagro2017.ibge.gov.br/templates/censo_agro/resultadosagro/estabelecimentos.html>. Acesso em: 25 set. 2020

_____. *Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura (PEVS)*. Rio de Janeiro, v. 33, p. 1-8, 2019. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/74/pevs_2018_v33_informativo.pdf. Acesso em: 04 dez. 2020.

_____. *Produção Agrícola Municipal*, 2019. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/5457>. Acesso em 01 dez. 2020.

_____. *Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura*, 2019. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/5930>. Acesso em 01 dez. 2020.

_____. *Produção da Pecuária Municipal*, 2019. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/3939>. Acesso em 01 dez. 2020.

KUDLAVICZ, Mieceslau; ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. Em tempos de "privatização" da reforma agrária, a necessária práxis do bem comum. *BOLETIM DATALUTA*, Artigo do mês de: fevereiro de 2014. Disponível em:<http://www2.fct.unesp.br/nera/artigodomes/2artigodomes_2014.pdf/>. Acesso em: 01 jul. 2018.

KUDLAVICZ, Mieceslau. *Dinâmica agrária e a territorialização do complexo celulose/papel na microrregião de Três Lagoas*. 2011. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Três Lagoas, 2011.

_____. Territorialização da Indústria de Celulose o Bloqueio da Reforma Agrária. In: SINGA 2017, Curitiba. *Anais*...Curitiba, PR.

Geografia das Redes de Mobilização Social na América Latina: resistência e rebeldia desde baixo nos territórios da vida., 2017.

LEONARDO. Letícia Alves. *Questão Agrária e patrimônios religiosos na diocese de Três Lagoas (MS)*. 2020. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Três Lagoas, 2020.

MARTINS, José de Souza. *O poder do atraso*. São Paulo: Hucitec, 1994.

MELO, Danilo Souza; SILVA, Mariele de Oliveira. A Questão Agrária no Território Rural do Bolsão/MS: algumas aproximações. *Revista Cerrados*, v.14, n. 1, p.140-164, jan/jun-2016.

MORENO, Gislaene. *Os descaminhos da apropriação capitalista da terra em Mato Grosso.* Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade de São Paulo. São Paulo, 1994.

NARDOQUE, Sedeval. Expansão geográfica do capital e reforma agrária em Mato Grosso do Sul nos governos FHC e Lula. In; COELHO, Fabiano; CAMACHO, Rodrigo Simão. *O campo no Brasil contemporâneo*: do governo FHC aos governos petistas (questão agrária e reforma agrária). Curitiba: CRV, 2017.

NARDOQUE, Sedeval, ALMEIDA, Rosemeire A. de. Território Rural do Bolsão (MS): Realidade e Perspectivas. *Boletim DATALUTA*. NERA – Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária. Presidente Prudente, p. 02- 10, jan. 2015. Disponível em: <www.fct.unesp.br/nera>.

NARDOQUE, S.; MELO, D. S.; KUDLAVICZ, M. Questão agrária em Mato Grosso do Sul e seus desdobramentos pós- golpe de 2016. *Revista OKARA*: Geografia em debate, v.12, n.2, p. 624-648, 2018.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. Modo Capitalista de Produção, Agricultura e Reforma Agrária. 1ª. ed. São Paulo: FFLCH/LABUR EDIÇÕES, 2007. v. 1. p.184.

_____. Prefácio. In: ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. *A questão agrária em Mato Grosso do Sul: uma visão multidisciplinar*. Editora UFMS, Três Lagoas, 2008.

_____. Agricultura e indústria no Brasil. *CAMPO-TERRITÓRIO*, v.5, n.10, p. 5-64, ago. 2010.

QUEIROZ, Paulo Roberto Cimó. Articulações econômicas e vias de comunicação do antigo sul de Mato Grosso (séculos XIX e XX). In: LAMOSO, Lisandra Pereira. *Transportes e políticas públicas em Mato Grosso do Sul*. Dourados: Editora da UFGD, 2008, p. 15-76.

SILVA, Mariele de Oliveira; ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. Os contornos da resistência: agricultura camponesa familiar no limite da expansão do monocultivo de eucalipto no Território Rural do Bolsão/MS. *Campo-Território*: revista de geografia agrária, v. 12, n. 26, p. 171-188, abr., 2017.

SILVA, Walter Guedes. Controle e domínio territorial no Sul do estado de Mato Grosso: uma análise da atuação da Cia Matte Larangeira no período de 1883 a 1937. *Revista Agrária*, São Paulo, n. 15, p. 102-125, 2011.

_____. A estratégia de integração do Sul do estado de Mato Grosso ao território nacional durante o Governo Vargas: uma análise a partir da criação da Colônia Agrícola Nacional de Dourados em 1943. *Revista do Departamento de Geografia*, v. 31, p. 26-42. 2016.

TEIXEIRA, Jodenir Calixto; HESPANHOL, Antonio Nivaldo. As alterações na agropecuária de Três Lagoas no contexto de Mato Grosso do Sul. *Caderno Prudentino de Geografia*, v. 1, n. 23, p. 246-264, 2001.

_____. A Região Centro-Oeste no contexto das mudanças ocorridas no período pós-1960. Revista Eletrônica AGB-TL, v. 1, n. 3, p. 52-66, 2006.

TEIXEIRA, Jodenir Calixto. A estrutura produtiva do campo e a evolução da pecuária no município de Três Lagoas-MS. In: III Simpósio Nacional de Geografia Agrária, 2005. *Anais*... Presidente Prudente - SP: Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, 2005.

_____. Os efeitos socioespaciais da expansão canavieira na bacia hidrográfica do Rio Ivinhema no Estado de Mato Grosso do Sul. 2015. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, SP, 2015.

Submetido em: 20 de dezembro de 2020.

Devolvido para revisão em: 25 de maio de 2021.

Aprovado em: 28 de maio de 2021.